

FALTOU DIZER

Aloysio Biondi

Por que este país pode ser muito melhor

Os Ministros da área econômica vêm insistindo, lançando apelos mesmos, para que os empresários invistam, isto é, apliquem capital em novas fábricas, ampliações, ou mesmo na agricultura, ou mineração etc. Por que essa insistência dos Ministros e seus assessores? Os novos investimentos, argumentam eles, são essenciais para que a economia continue a crescer, gerando-se empregos sem que haja inflação. Como assim? Simplificadamente: se o consumo de determinados bens, de automóveis ou alimentos, continuar a crescer sem que haja aumento da produção, chegará o momento em que os preços "dispararão", devido ao desequilíbrio entre a procura e a oferta.

Em teoria, tudo perfeito. Na prática, há uma série de pontos sendo esquecidos, e, pior ainda, uma série de distorções sendo criadas. Vamos a três exemplos concretos, destas últimas semanas, para entender a diferença entre teoria e prática: produção de petróleo versus produção de álcool; produção de cimento e produção de óleo de soja. Comecemos por este último, bastante simples mas ótimo para entender as distorções brasileiras: há poucos dias, o Governo do Paraná concedeu isenção, perdão de impostos, à Sadia, para instalação de

nova fábrica de óleo de soja, no interior do Estado. Tudo errado. Por quê? Porque esse setor já está superdimensionado no Brasil, isto é, empresas cooperativas instalaram fábricas em número excessivo, com uma capacidade de produção que representa o dobro das necessidades do consumo — e isso é altamente inflacionário e concentrador da renda. Como assim? Vale a pena entender: com a inflação crônica no Brasil, existe, desde 1967, uma pretensa política de controle de preços pelo Governo, através do CIP — Conselho Interministerial de Preços — e que acaba



funcionando para garantir os lucros e interesses das empresas, e não da sociedade, do País. Para fixar seus preços (ou reajustá-los), as empresas de cada setor devem mandar ao CIP relatórios (planilhas) mostrando quais são os seus custos e, neles, é claro, figuram as despesas resultantes dos investimentos, das compras de equipamentos, construção de fábricas etc. Ora, se todas as empresas constroem fábricas com capacidade para produzir 100 mil toneladas de óleo, e só produzem 50 mil toneladas — porque a capacidade do setor é o dobro da necessidade do mercado — é evidente que os preços do produto serão distorcidos: o "custo da fábrica" será dividido entre apenas 50 mil toneladas, e não entre 100 mil toneladas, encarecendo brutalmente o óleo, para o consumidor brasileiro. Em nú-

meros concretos: se a fábrica custou 1 bilhão de cruzeiros, e esse custo deve ser recuperado pela empresa em 10 anos, isto significa que, a cada ano, os preços do óleo deverão incluir uma parcela de 100 bilhões, divididos por 100 mil toneladas, dariam um custo de 1,0 milhão por tonelada. A ser cobrado do consumidor: divididos por apenas 50 mil toneladas, o custo sobe, para 2,0 milhões de cruzeiros por tonelada, ou 2.000 cruzeiros por quilo.

Conclusão: cada nova fábrica que é montada ou cada novo investimento feito em um setor já com capacidade ociosa acaba sendo inflacionário, porque cada empresa acaba reduzindo sua produção para dividir o mercado com a nova. E acaba concentrando ainda mais a renda, coisa que

pouca gente percebe. Por que? Num país capitalista onde o mercado realmente funcione (mesmo com monopólios, cartéis etc), haveria uma guerra de preços entre empresas: quem pudesse produzir mais barato, acabaria sobrevivendo. No Brasil, com o "controle de preços", esses preços são fixados de forma a cobrir os custos de todas as empresas, isto é, como forma de garantir que todas lucrem. Tudo se passa assim como se o consumidor, a sociedade, tivesse uma parte de sua renda confiada (através dos preços mais altos) para que as empresas tenham lucros — e continuem a realizar novos investimentos, mesmo em outras áreas, ampliando cada vez mais seu patrimônio. Ao contrário do que os ministros dizem, "o mercado" não funciona no País — e é essa distorção que tem permitido a expan-

são permanente de grupos empresariais, às custas do "confisco" da renda da população. Esse é um dos motivos pelos quais o Brasil ocupa hoje o sétimo lugar entre os países de economia mista — há tanta desigualdade social, tanta miséria, tanto contraste.

O caso do cimento é em tudo semelhante ao do óleo de soja: anunciou-se, nas últimas semanas, a instalação de novas fábricas em Minas Gerais. Ora, o setor como um todo também está superdimensionado, tem uma capacidade de produção que é o dobro do nível de consumo do País, e por isso mesmo o cimento é tão caro no Brasil (encarecendo inclusive os programas de construção de casas populares).

Haveria dezenas de outros exemplos como esses a serem relembrado. Mas

eles são suficientes para demonstrar que ao contrário do que os Ministros estão dizendo, novos investimentos não ajudam forçosamente a combater a inflação. Eles podem, ao contrário, criar mais inflação. Eles mostram também, ainda uma vez, que não basta crescer, é preciso decidir "como" crescer — para solucionar os problemas de consumo do País, e não agravá-los.

Em resumo: com o crédito subsidiado, os juros de pai para filho das últimas décadas, grande número de setores da economia está com sua capacidade superdimensionada. Em lu-

Inventando inflação
Ministros afirmam que os preços das indústrias estão mesmo "achatados", pois foram reajustados abaixo da inflação em 1985. Seria bom rever essa análise com cuidado. Afinal, a inflação violenta dos últimos meses se deveu basicamente a alimentos — que não pesam no custo das empresas (salvo as do setor, mas que tiveram reajustes proporcionais). Além disso: as empresas que exportam acabaram ganhando com essa distorção, pois o dólar foi reajustado com base na inflação provocada pelo custo dos alimentos (que mais uma vez, não entraram no custo das empresas). Não há "achatamento".

gar de o País investir nesses setores, o Governo — através de uma política industrial — deveria orientar os investimentos para os setores "atrasados", ou considerados prioritários, a existência de capacidade ociosa em muitas áreas por superdimensionamento mostra que o País pode ser muito melhor, em curto espaço de tempo, pois esse fenômeno permite destinar recursos para atendimento de outros problemas, se os ministros agirem corretamente.

Não se alegue que dentro do capitalismo, o Governo não pode impedir, evitá-lo, que empresas invistam na área que desejam. Quando o capitalismo é verdadeiro, esse obstáculo realmente existe. Mas, como ficou claro acima, o capitalismo brasileiro é uma farsa, isto é, não é o "mercado" que fixa preços e assim determina os investimentos rentáveis para as empresas. Os preços são sempre fixados para garantir os lucros das empresas. Logo, elas continuam investindo mesmo em áreas saturadas, com desperdício dos recursos nacionais, permanência dos problemas sociais, concentração da renda e inflação. Muitas vezes, até com estímulos dos governos, como é o caso do óleo de soja no Paraná, simplesmente inaceitável.

Para a inflação cair

1

Depois que o Governo anunciou a decisão de importar alimentos, começaram a surgir protestos de associações de agricultores, afirmando que as quebras de safras provocadas pela seca não serão tão grandes quanto previsto, e é preciso cuidado para evitar importações excessivas que derrubariam os preços. Esse fato "surpreende" somente quem não conhece o Brasil: há muito esta coluna está dizendo que as estatísticas de quebra são "manipuladas" por Governadores, Prefeitos, Secretários da Agricultura e lideranças agrícolas, para arrancarem vantagens do Governo Federal — isto é, da coletividade toda. O Governo precisa realmente rever com urgência as estatísticas — para conter a castraria mais depressa, poupar dólares nas compras no Exterior, e não prejudicar o produtor. Mas que a lição deixe proveitos: é preciso monitorar sistemas de levantamento estatístico confiáveis, no País, para esvaziar os "lobbies", e evitar manobras e decisões erradas.

2

A revisão dos dados alarmistas sobre a queda de safras é urgente. Em Pirassununga, produtores de milho contestam as estatísticas da Secretaria da Agricultura de São Paulo, e afirmam que, com as chuvas de dezembro, houve tempo para replantar, e até aumentar a área semeadas, em 18%. Em Gaúchibá — também em São Paulo, produtores de amendoim alardeiam uma quebra menor, de 10 a 15%, contra 32% para o Estado previstos pela Secretaria. Em Campinas, a quebra do café seria de 50% a 60%, contra 70% previstos, para a região, pela Secretaria. E por aí vai.

3

Produtores de trigo querem que o Governo mantenha para a próxima safra, a ser semeada a partir de abril, o preço de 270 dólares estabelecido para o ano passado (o Governo compra toda a produção). Trata-se de um preço altíssimo, o dobro do preço do mercado internacional, e que levará o Tesouro a gastar a cifra inacreditável de Cr\$ 20 trilhões somente em subsídios, este ano (o Governo paga caro ao produtor, e vende mais barato ao consumidor). A safra de trigo de 1985 foi recorde, e os produtores ganharam rios de dinheiro. Neste momento em que a inflação dispara, Brasília pode fixar um preço menor ao produtor. Se tiver coragem de enfrentar o "lobby" gaúcho.